

Visão

31-01-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 132725

Temática: Economia

Dimensão: 628 cm²

Imagem: S/Cor

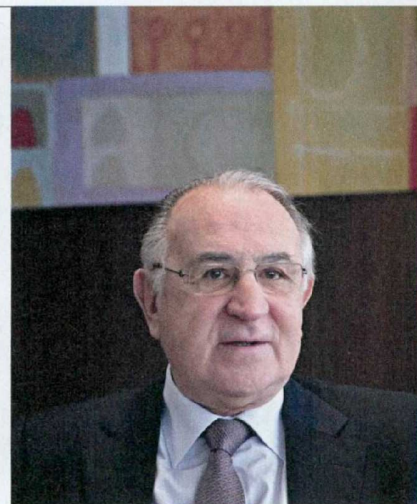
Página (s): 22

7

PONTOS DA SEMANA

POR
FILIPE LUÍS**Editor-executivo
fluis@visao.pt

FILIPE POMBO, CLARA AZEVEDO



CAIXA DE PANDORA

Primeiro era um papel nas mãos da comentadora da CMTV, Joana Amaral Dias. Horas depois, era o destapar de uma caixa de Pandora, escândalo de que já muito se sabia mas cujas proporções finais estão por avaliar. A lista dos maiores devedores está sob suspeita, e o Ministério Público conduz uma investigação para o apuramento de responsabilidades pela eventual gestão danosa da Caixa Geral de Depósitos (CGD). Na mesma semana, uma nova série na RTP (*Teorias da Conspiração*, à sexta-feira) aproveita a ficção para contar como a realidade pode ser ainda mais incrível. Uma auditoria da EY põe a nu várias situações, nomeadamente a dos 580 milhões de euros emprestados pela CGD, sem quaisquer garantias. Embora o relatório abranja o período entre 2000 e 2015, destaca-se uma fatia de tempo, entre 2007 e 2012, em que 21% dos grandes empréstimos são concedidos com a total ausência de parecer técnico da Direção de Gestão de Risco da CGD, contra apenas os 2% em 2005 e 2006. Somente em sete grandes operações de crédito, concedido em situação de risco grave, atingiu-se o montante de mais de mil milhões de euros – o buraco de que se fala. Grandes empréstimos, como os concedidos à Artlant, Finprof e Investino, são exemplos de créditos em que não há o parecer da análise de risco do banco público. No último caso, trata-se de 183,3 milhões de euros destinados à compra de ações da CIMPOR e do BCP, que, devido à depreciação do valor dos títulos e às dificuldades

da Investino, deu origem à reestruturação da dívida. Aliás, vários destes créditos, ao invés de se destinarem à atividade produtiva – área a que o banco público supostamente se devia dedicar –, acabaram em operações de especulação financeira. A auditoria da EY fala mesmo de créditos concedidos expressamente contra o parecer da Direção de Gestão de Risco, sem que as administrações envolvidas tenham apresentado qualquer justificação para a atribuição dos créditos em tais condições. Essas operações põem em xeque a gestão de Carlos Santos Ferreira e de Fernando Faria de Oliveira – era, então, José Sócrates primeiro-ministro. Mais: os gestores recebiam prémios de desempenho, mesmo quando o banco dava prejuízos, algo inusitado em qualquer modelo de gestão. O relatório está pronto desde dezembro de 2017 mas, até agora, não havia sido divulgado. No Parlamento, Governo e todos os partidos trocaram acusações, num passa-culpas pouco edificante. Para já, ficou a perceber-se que, apesar de a má gestão da CGD ser um problema político para o Bloco Central, é possível que a arma de arremesso seja brandida, sobretudo, contra o PS, por ter sido durante a vigência de um Governo socialista que se terão cometido os piores desmandos. Mas António Costa detém o trunfo de ter sido o seu Governo a pedir a auditoria – mesmo se sabendo, mais tarde ou mais cedo, que ela seria inevitável. A CGD entrou na campanha eleitoral – e é para ficar.